

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
1. Decreto Comitê Gestor da Rede Nacional de compras	x	-	-	x	x	<u>DECRETO Nº 10.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2021</u> Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
2. Decreto de bens de consumo comum e de luxo	x	x	x	x	x	<u>DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021</u> Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
3. Portaria sobre Governança das contratações públicas	x	x	x	x	x	<u>PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
4. Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA DE PESSOAL Nº 9.728, DE 24 DE AGOSTO DE 2021</u> Designa os membros titulares do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas. (revogada pela Portaria ME nº 15.496, de 2021 – linha 12 desta tabela)
5. Instrução Normativa de Pesquisa de Preços	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
6. Instrução Normativa sobre a Dispensa Eletrônica	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021</u> Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
						de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.	
7.	Instrução Normativa de definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta	x	-	-	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 72, DE 12 DE AGOSTO DE 2021</u> Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (revogada pela Instrução Normativa nº 91, de 2022 – linha 26 desta tabela)
8.	Instrução Normativa de designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta	x	-	-	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021</u> Estabelece regras para a designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta, de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (revogada pela Instrução Normativa nº 90, de 16 de dezembro de 2022)
9.	Alteração da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020	x	-	-	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA AUTOR/ME Nº 62, DE 28 DE JUNHO DE 2021</u> Altera a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
10.	Decreto de adequação do CIPI	-	-	-	-	-	<u>DECRETO Nº 10.899, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020, que institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
11.	Instrução Normativa sobre a participação de pessoa física nas contratações públicas	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
12.	Nova Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA ME Nº 15.496, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Designar os membros titulares e suplentes para a composição do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas.
13.	Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	x	x	<u>DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos. (revogado pelo Decreto nº 11.317, de 2022 – linha 30 desta tabela)
14.	Decreto de procedimento especial para consultas públicas para regulamentação da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	x	x	<u>DECRETO Nº 10.929, DE 7 DE JANEIRO DE 2022</u> Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
15.	Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA ME Nº 538, DE 18 DE JANEIRO DE 2022</u> Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021.
16.	Decreto do plano de contratações anual e PGC	x	x	x	x	x	<u>DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022</u> Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
17.	Portaria que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras	x	x	x	x	x	<u>PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022</u> Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
18.	Instrução Normativa sobre multa administrativa	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2022</u> Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.
19.	Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022</u> Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
20.	Portaria normas complementares ao Decreto nº 13.193, de 2019	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA ME Nº 7.828, DE 30 DE AGOSTO DE 2022</u> Estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.
21.	Instrução Normativa sobre critério de julgamento por menor preço ou maior desconto	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
22.	Decreto de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos	x	x	x	x	x	<u>DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022</u> Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
23.	Instrução Normativa de Ordem Cronológica de Pagamentos	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
24.	Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	x	x	<u>PORTARIA ME Nº 12.663, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022</u> Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021.
25.	Instrução Normativa do Termo de Referência (TR) Digital	x	x	x	x	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
26.	Instrução Normativa de definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta	x	-	-	-	x	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 91, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022</u> Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
27.	Instrução Normativa sobre o critério julgamento pelo maior retorno econômico	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 96, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
28.	Instrução Normativa que autoriza a aplicação da Instrução Normativa nº 5 de 2017, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços	x	-	-	-	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022 Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
29.	Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	-	x	PORTARIA DE PESSOAL SE/ME Nº 14.542, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022 Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021
30.	Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	-	x	DECRETO Nº 11.317, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
31.	Orientações sobre o relatório de gestão de riscos do Plano de Contratações Anual – PCA	x	-	-	-	x	Orientação e Procedimento nº 37 - sobre o relatório de gestão de riscos do Plano de Contratações Anual – PCA Publicado no Portal de Compras do Governo Federal
32.	Instrução Normativa sobre Locação de imóveis	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 103, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
33.	Alteração da Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x	-	-	-	x	PORTARIA DE PESSOAL/MGI Nº 592, DE 31 DE JANEIRO DE 2023 Altera a Portaria ME nº 15.496, de 29 de dezembro de 2021

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
34.	Instrução Normativa que estabelece regras complementares para aplicação do Decreto nº 10.818, de 2021	x	-	-	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 4, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2023 Estabelece regras complementares para aplicação do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
35.	Instrução Normativa sobre critério de julgamento por técnica e preço	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023 Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
36.	Decreto de cota para mulheres vítimas de violência doméstica e ações de equidade de gênero, como critério de desempate	x	x	x	x	x	DECRETO Nº 11.430, DE 8 DE MARÇO DE 2023 Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
37.	Portaria que estabelece o regime de transição da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	x	x	PORTARIA SEGES/MGI Nº 720, DE 15 DE MARÇO DE 2023 Fixa o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (revogada pela Portaria nº 1.769, de 2023 – linha 43 desta tabela)
38.	Instrução Normativa que autoriza a aplicação do Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)	x	-	-	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /MGI Nº 11, DE 29 DE MARÇO DE 2023 Estabelece condições para o pagamento das despesas com compra de bens e prestação de serviços, de que dispõe o inciso I do art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e para o regime de adiantamento, por suprimimento de fundos, de que tratam os arts. 45, 46 e

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
						47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.	
39.	Medida Provisória que altera os arts. 191 e 193 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar o período de transição entre os regimes legais	x	-	-	x	x	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023 Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.
40.	Decreto sobre o Leilão Eletrônico	x	x	x	x	x	DECRETO Nº 11.461, DE 31 DE MARÇO DE 2023 Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
41.	Decreto SRP	x	x	x	x	x	DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
42.	Instrução Normativa sobre o critério de melhor técnica ou conteúdo artístico	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 12, DE 31 DE MARÇO DE 2023 Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
43.	Portaria que dispõe sobre o regime de transição da Lei nº 14.133, de 2021	x	-	-	x	x	PORTARIA SEGES/MGI Nº 1.769, DE 25 DE ABRIL DE 2023 Dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações	
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado		
						da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.	
44.	Decreto de convênio e contrato de repasses	x	-	-	x	x	DECRETO Nº 11.531, DE 16 DE MAIO DE 2023 Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão. Observação: Iniciativa está sob a alçada de competência da Diretoria de Transferências e Parcerias da União da Secretaria de Gestão.
45.	Decreto de bens móveis inservíveis	x	x	x	x		Em andamento – em análise pelo Gabinete da Ministra. Processo SEI 19973.108889/2022-17.
46.	Decreto de forma eletrônica de celebração de contratos e termos aditivos	x	x	x	x		Em andamento – em avaliação da Consultoria Jurídica MGI. Processo SEI 19973.100260/2023-18.
47.	Decreto do Cartão de Pagamento do Governo Federal	x	x	x			Em andamento – aguarda direcionamentos acerca elaboração de nova minuta pela equipe técnica. Processo SEI 19973.100028/2023-71.
48.	Caderno do Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) Custos indiretos	x					Em andamento – consolidação das contribuições recebidas na consulta pública.
49.	Instrução Normativa de Serviços	x					Em elaboração pela equipe técnica.
50.	Credenciamento	x					Em elaboração pela equipe técnica.
51.	Custos indiretos	x					Regulamentação via Caderno PLS, conforme prevê o inciso II do art. 8º da Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021
52.	Gestão de bens móveis	x					Em elaboração pela equipe técnica.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
53. Decreto de Sanções	x					Em elaboração pela equipe técnica.
54. Pesquisa de preços (acesso a notas fiscais eletrônicas)						Regulamentação via Decreto – inciso V do § 1º e inciso IV do § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
55. Pré-qualificação						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021.
56. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 e caput do art. 81 da Lei nº 14.133, de 2021.
57. Recebimento provisório e definitivo						Regulamentação via Decreto – § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021. Observação: regulamento ou contrato pode prever as regras e condições para a recebimentos provisório e definitivo. <i>“Art. 140 (...) § 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.”</i>
Ato dependente de alteração legislativa						

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
58. Registro cadastral Unificado						<p>Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 78 e caput e § 2º do art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos considerando a empresa estrangeira - art. 52 e parágrafo único do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, com provável expedição de caderno procedimentalizando as atividades. • Habilitação por processo eletrônico de comunicação à distância - § 2º art. 65 e § 3º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021. • Cadastro de atesto de cumprimento de obrigações - §§ 4º e 5º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021 <p>Observação: Regulamentação dependente de alteração legislativa - PL 249/2022, em que teve atuação do Ministério da Economia, representado pela Secretaria de Gestão. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2314510</p>
Atos não essenciais para a para garantir a eficácia da Lei nº 14.133, de 2021						
59. Subcontratação						<p>Regulamentação via Decreto – § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>Observação: regulamento ou edital pode prever as regras e condições para a subcontratação. “Art. 122 (...)” § 2º <i>Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.</i>”</p>
60. Procedimentos para verificação de ocorrência de motivos para extinção do contrato						<p>Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>Observação: não há exigência da expedição de regulamentação para que seja operacionalizada a Lei nº 14.133, de 2022. Tal regra será expedida caso haja necessidade de padronização, a qual será verificada após as</p>

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à Conjur-MGI	Publicado	
						regulamentações essenciais sobre a formalização e gestão dos contratos administrativos. “Art. 137 (...) § 1º Regulamento podará especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.”
61.	Remuneração variável					Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021.
62.	Gestão contratual compartilhada com a sociedade					Regulamentação via Decreto - § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.
63.	Diálogo competitivo					Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021.
64.	Margens de preferência					Regulamentação via Decreto (bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis) – inciso II do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021. Regulamentação via Decreto (manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País) – § 2º do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
65.	Integração de portal privado com o PNCP					Regulamentação via Decreto (integração com PNCP com sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado) - § 1º do art. 175 da Lei nº 14.133, de 2021.

Competência conjunta com outros órgãos regulamentadores

Ato	Observações
1. Pesquisa de preços (obras e serviços de engenharia)	Regulamentação via Decreto – § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021. Em elaboração pela equipe técnica.

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Atualizada em 19/06/2023

		Observação: Após a prontificação da primeira minuta, esta será encaminhada para avaliação do órgão regulamentador competente.
2.	Cota para oriundos e egressos do sistema prisional	Ministério da Justiça Regulamentação via Decreto – inciso II do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.	Gestão de riscos e controle preventivo	Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 169 da Lei nº 14.133, de 2021.
Competência de outros órgãos regulamentadores		
1.	Contratações de repartições públicas no exterior	Competência Ministério das Relações Exteriores Regulamentação via Decreto - § 2º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
2.	Contratações relativas à gestão de reservas internacionais	Competência Banco Central do Brasil Regulamentação via ato do Banco Central do Brasil - § 5º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
3.	Decreto BIM	Competência Ministério da Infraestrutura Regulamentação via Decreto – § 3º do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.	Programa de integridade	Competência da Controladora-Geral da União Art. 25, § 4º; Art. 60, III Regulamentação via Decreto (obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nas contratações de grande vulto – § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021 Regulamentação via ato dos órgãos de controle (desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade em caso de empate) – inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.	Sanção	Competência dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública Regulamentação via Decreto - inciso II do § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.	Dispensa de licitação para produtos de P&D para obras e serviços de engenharia	Competência Ministério da Infraestrutura Art. 72, § 5º Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador, apenas regulamentação específica, no art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.	Gestão estratégica das contratações de <i>software</i>	Competência SGD (art. 43) Regulamentação via Decreto – § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021.